



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Creche só não basta. Um olhar sobre assistência estudantil,
maternidade e gênero nas políticas das IFES**

Maurício Fernandes Rocha

Seropédica Dezembro
de 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE LETRAS
E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Creche só não basta. Um olhar sobre assistência estudantil,
maternidade e gênero nas políticas das IFES**

Maurício Fernandes Rocha
201034027-0

SEROPÉDICA
Dezembro de 2017

Maurício Fernandes Rocha

**Creche só não basta. Um olhar sobre assistência estudantil,
maternidade e gênero nas políticas das IFES**

Apresentação de monografia para o requisito de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais, tendo como orientadora Prof.^a Dr.^a Alessandra de Andrade Rinaldi

**CRECHE SÓ NÃO BASTA. UM OLHAR SOBRE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL, MATERNIDADE E GÊNERO NAS POLÍTICAS DAS
IFES**

MAURÍCIO FERNANDES ROCHA

Monografia aprovada em ____ de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Alessandra Andrade Rinaldi
UFRRJ/ICHS/DCS
Orientadora

Profa. Dra. Nalayne Mendonça Pinto
UFRRJ/ICHS/DCS
Membra

SEROPÉDICA, RJ
DEZEMBRO – 2017

DEDICATÓRIA

*Dedico à todos aqueles que lutam por
uma universidade pública e inclusiva.*

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dr^a Alessandra de Andrade Rinaldi, pela orientação, seu grande desprendimento em ajudar-nos e enorme paciência. A professora Dr^a Nalayne Pinto por aceitar está na banca, compartilhando conhecimento.

A minha família, a minha mãe, meu pai, primos e amigos queridos. A Juliana Borges de Souza, minha companheira nessa jornada e mãe de meu amado filho Arunã, agradeço pelo incentivo e grande apoio emocional.

Aos amigos do COPAMA, pela inspiração e grande ajuda com o fornecimento de material para a realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

“Não serei o poeta de um mundo caduco Também
não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade
O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes A
vida presente”

(Mãos Dadas-Carlos Drummond de Andrade)

ROCHA, Maurício Fernandes.

Creche só não basta. Um olhar sobre assistência estudantil, maternidade e gênero nas políticas das IFES

/ Maurício Fernandes Rocha: UFRRJ/ICHS, 2017.

Número de páginas pré-textuais (em algarismo Romano), Número de Páginas Textuais (em algarismo arábico, incluindo bibliografia): il. (usar tal indicação se houver ilustração ou gráfico no texto).

Orientadora: Alessandra de Andrade Rinaldi

Monografia Licenciatura – UFRRJ/ Instituto de Ciências Sociais / Departamento de Ciências Sociais, 2017.

Referências Bibliográficas: f.

1. Classificação temática geral. 2. Classificação temática específica. 3. Tema principal. 4. Campo Temático. I. RINALDI, Alessandra de Andrade.

II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Humanas e Ciências Sociais , Curso de Ciências de Sociais. III. Licenciatura.

RESUMO

O tema geral desta pesquisa é a análise da política de permanência estudantil nas instituições federais de ensino superior - IFES, tomando como base a Assistência Estudantil, cujo objeto escolhido para o estudo foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Esse Programa é definido como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES. A presente investigação versa sobre estudantes pais/ mães usuários do PNAES dentro e fora da U.F. Rural R.J. De um ponto de vista mais específico, buscamos examinar se os estudantes percebem as práticas e efeitos da implantação dessas ações institucionais de permanência em suas vidas. Dito de outra forma, como a implantação (ou não) de ações institucionais influencia na permanência de estudantes pais e mães. Em relação à metodologia, a pesquisa fez uso de entrevistas qualitativas com estudantes dos cursos de graduação presencial da U.F. Rural R.J., em situação de “vulnerabilidade sócio econômica”. São esses usuários da residência estudantil, com filhos que nasceram no decorrer da graduação. Além disso, foram entrevistadas estudantes-mães de outras três instituições públicas de ensino superior fora do estado do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa foram acompanhados, seis estudantes ao total, sendo cinco mulheres e um homem.

Palavras-chave: maternidade, paternidade, academia, universidade, assistência estudantil

ABSTRACT

The general theme of this research is the analysis of the student stay policy in the Instituição Federal de Ensino Superior - IFES, based on the Student Assistance, whose chosen object for the study was the Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. This Program is defined as a set of principles and guidelines that guide the implementation of actions to guarantee the access, permanence and graduation of students of the IFES. The present research is about PNAES students parents and mothers inside and outside the U.F. Rural R.J. From a more specific point of view, we seek to examine if the students perceive the practices and effects of the implantation of these institutional actions of permanence in their lives. In other words, how the implantation (or not) of institutional actions influence the permanence of parents and mothers students. Regarding the methodology, the research made use of qualitative interviews with undergraduate students of the U.F. Rural R.J., in a situation of "socio-economic vulnerability". It is these users of the student residence, with children who were born during the graduation. In addition, mothers were interviewed from three other public higher education institutions outside the state of Rio de Janeiro. In this research were followed, six students to the total, being five women and one man.

Keywords: maternity, paternity, academy, university, student assistance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Aspectos metodológicos.....	16
CAPITULO 1 - Panorama da Assistência Estudantil no Brasil.....	20
1.1 O Plano Nacional de Assistência Estudantil e sua história	22
1.2 O Perfil dos Estudantes.....	24
1.3 Transições para parentalidade	25
CAPITULO 2 - As licenças Maternidade e Paternidade para estudantes.....	28
CAPITULO 3 - Sobre as entrevistas: Descrição e Análise.....	31
3.1 Crises e incertezas.....	32
3.2 Conciliação e reorganização.....	34
3.3 Enfrentamento e projeção.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

"Universitárias relatam que foram constrangidas por professores ao levar filhos para sala de aula"¹, "Universitária é obrigada a deixar a Casa do Estudante após ganhar bebê"², "Estudante leva filha de 5 anos para universidade e é assediada por professora"³.

Por si só manchetes como essas, infelizmente, tão comuns em universidades Brasil afora, já renderiam muita discussão, debates e análises. Mas para esclarecer qual projeto de universidade queremos que nossa sociedade abrace, neste momento, vamos nos deter apenas nesses dois direitos: à *educação*, como direito de todos os cidadãos⁴, inclusive de uma mãe e um pai; e das crianças e adolescentes à sua proteção integral.

De acordo com o art. 206 da Constituição Federal, o ensino será ministrado com base no princípio igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, princípio este, reafirmado do art. 3 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB). Segundo a IV pesquisa acerca do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras apresentada pelo Fórum Nacional Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), cerca 11,78% dos estudantes das universidades federais de ensino superior (UFES) têm um ou mais filhos, os quais não podem ter seu direito à educação cerceado por conta de sua condição e das obrigações a ela inerentes. Daí a importância do fortalecimento dos programas de permanência voltadas para estudantes com esse perfil.

¹ <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/04/universitarias-relatamque-foram-constrangidas-por-professores-ao-levar-filhos-para-sala-de-aula-5709643.html>

² <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/03/universitaria-e-obrigada-a-deixar-a-casa-do-estudante-apos-ganhar-bebe-4085895.html>

³ <https://catraquinha.catractalivre.com.br/geral/defender/indicacao/estudante-leva-filhade-5-anos-para-universidade-e-e-assediada-por-professora/>

⁴ Artigo 205 da Constituição Federal de 1988: " A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Nos artigos 227 da Constituição Federal e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estão assentadas as bases do Princípio da Proteção Integral, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, destinatários de absoluta prioridade, respeitando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Todos somos responsáveis por garantir seu desenvolvimento integral:

Art. 227. (CF) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Dessa forma, em termos formais, tanto o direito à educação assegurado ao estudante-pai/mãe, com igualdade de condições para o acesso e permanência, quanto o direito dos filhos desses estudantes, de estarem junto à sua família, devem ser respeitados, e cabe ao Estado prover os programas oficiais de auxílio para fazê-lo.

Feito esse esclarecimento inicial, podemos observar que muito embora as universidades federais venham tentando incluir no contexto universitário outras condições de estudantes, implementando políticas que visam garantir seu acesso e permanência na educação superior, o fato é que algumas categorias estudantis, como a de *estudante-mãe/pai*, *trabalhador-pai/mãe-estudante* (URPIA, 2009) permanecem obscurecidas por trás de políticas de assistência estudantil focadas somente no recurso da creche, e acabam minimizando e mesmo naturalizando outras dificuldades que diferentes estudantes na mesma condição enfrentam. Sem desconsiderar a importância do recurso da creche dentro da assistência estudantil, disponibilizada por algumas universidades, mesmo com seus inúmeros problemas políticos, estruturais e orçamentários, o que pretendemos problematizar são outros mecanismos e recursos, tais como, horários mais flexíveis e/ou um regime especial de faltas consideradas justificadas durante o pré-natal, amamentação e inserção na creche; ofertar atendimento psicossocial por profissionais capacitados; facultar adiamento de

apresentações ou da entrega de trabalhos, bem como, realização em data posterior de testes quando não possível o cumprimento dos prazos estabelecidos, dentre outros; que possam ser implementados nas instituições e que contribuam para incentivar os estudantes a prosseguir a sua formação, evitando assim a evasão, bem como, proporcionar a esta nova família a possibilidade de criar e estreitar seus laços.

Reconhecemos que a creche, de fato auxilia o estudante a conciliar as demandas da maternidade/ paternidade e da vida acadêmica; mas existe um intervalo de tempo que ela não cobre, e que tem seu início na descoberta da gravidez e se estende até os 6 meses de idade da criança, idade com a qual a criança pode ingressar em uma creche. É nesse intervalo de tempo que parece existir uma carência muito grande na atenção prestada pelos programas de permanência.

Dessa forma, o objeto que propomos estudar, remete-nos a considerar o processo de transição para a maternidade/paternidade em contexto acadêmico, em especial, na UFRRJ, e entre estudantes que vivenciaram/ vivenciam tal processo, para que possamos observar nas *experiências vivenciadas por esses estudantes*, dificuldades que nos permitam problematizar nesse processo transicional, formas de apoio institucional até então inexistentes e tendo como objetivo responder a seguinte questão: *É possível pensar em novas ações facilitadoras da permanência de pais e mães universitários na UFRRJ?*

E como objetivo específico: A) *observando o atual cenário jurídico brasileiro que trate de estudo e maternidade, buscar entender como estão articuladas as licenças maternidade e paternidade para estudantes*; B) *buscar destacar o perfil dos estudantes com filhos que podem demandar políticas de assistência estudantil*; C) *elencar principais dificuldades encontradas no processo de transição para a maternidade/paternidade entre os estudantes da pesquisa*.

A presente pesquisa versa acerca das assistências estudantis (e formas de permanência) voltadas estudantes que vivenciaram/ vivenciam o processo de transição parental ainda na graduação. O grupo escolhido foram estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de acordo com os critérios

apontados pelo Plano nacional de assistência estudantil (PNAES), sendo usuários de pelo menos um dos programas de assistência, a “Residência Estudantil”. De um ponto de vista mais específico, buscou-se *compreender como esses estudantes vivenciam/ vivenciaram o processo que URPIA (2009) chamou de “tempos da experiência do tornar-se mãe no contexto acadêmico”*: 1) *Tempo da crise e da incerteza*; 2) *tempo da conciliação e da reorganização* 3) *tempo do enfrentamento e da projeção*.”. Dessa forma, uma vez objetivada a pergunta central da pesquisa, nos propomos realizar um estudo exploratório para a obtenção de dados primários por meio de acompanhamento de espaço político de discussão sobre o tema da permanência e assistência estudantil para estudantes com filhos, no período de setembro de 2014 a fevereiro de 2016.

Dessa forma, nossa investigação possibilitará a ampliação das pesquisas sobre os estudos voltados a produção das políticas públicas educacionais, sobre gênero e família. Além de lançar um olhar mais cuidadoso para um segmento estudantil com esse perfil e, até então, pouco problematizada, considerando-os não apenas na sua dimensão intelectual, como também emocional e relacional, levando em conta os diferentes recortes possíveis, sejam de geração, de condição socioeconômica, de etnia etc. Assim esperamos contribuir para que jovens de diferentes contextos, que cursam a educação superior e que vivenciam o processo estudado se aproximem do debate.

METODOLOGIA E A ENTRADA NA PESQUISA:

O presente trabalho se propõe a ser a consolidação de um processo que se desenvolveu no período de 07/2014 a 02/2016. Período o qual, minha companheira, nosso filho (que encontrar-se com pouco mais de um mês de idade) e eu, residimos nos alojamentos da U.F. Rural R.J., Campus Seropédica,. Somos estudantes da instituição, com vaga nos alojamentos, conquistado através de seleção socioeconômica realizada pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Nos conhecemos no primeiro período da faculdade, começamos a namorar e às vésperas de nos formar, fomos surpreendidos com uma gravidez, mesmo usando métodos contraceptivos.

Optamos por levar adiante a gestação e, no dia 20 de junho de 2014, minha companheira deu à luz a nosso filho. O primeiro mês de vida dele coincidiu com o recesso acadêmico, dessa forma, passamos na casa de meus sogros, que muito nos auxiliaram nesse período e nos auxiliam até hoje. No dia 26 de julho, voltamos a morar nos alojamentos da instituição, onde passamos a vivenciar, de fato, a experiência de ser pai/ mãe e estudante universitário ao mesmo tempo. Nesse processo, conhecemos várias estudantes na mesma condição, desta e de outras instituições, que dividem seu tempo entre as atividades acadêmicas e as responsabilidades de pai/ mãe.

Podemos dizer que o interesse pela realização dessa pesquisa teve sua origem no dia em que uma das “estudantes mães”, residente no alojamento feminino, teve acesso à proposta de edital para auxílio creche elaborado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFRRJ (PROAES). Esse documento foi socializado conosco em uma reunião convocada por essa estudante, e a partir de então deu-se início à mobilização estudantil que culminou na criação, em setembro de 2014, do COPAMA (Coletivo de pais e mães discentes da UFRRJ).

O trabalho de campo se desenvolveu em meio à discussão acerca da implementação do auxílio creche na instituição e no desejo, por parte da PROAES, de retirada dos filhos dos discentes dos alojamentos universitários,

sob alegação de que os mesmos não foram projetados para abrigar crianças. A gênese do debate se deu em 2012, quando o Ministério Público (MP) do Estado do Rio de Janeiro recebeu um denuncia mencionando a presença de crianças nos alojamentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no campus Seropédica. Conforme consta no memorando nº403/13 da PROAES/UFRRJ, onde, por meio de visita realizada pelo Conselho Tutelar (CT) aos alojamentos femininos da instituição, constatou-se "*in loco*" a presença de estudantes acompanhadas de seus filhos. Após a visita, o CT encaminhou seu parecer ao MP avaliando que não percebeu nenhuma forma de negligência com as crianças, além de ressaltar:

"Ilustre Promotora, nesses casos averiguados, embora não houvesse, na opinião deste conselho, nada que necessitasse de intervenção deste conselho, a situação dessas mães acadêmicas precisa de maior atenção no que diz respeito a estrutura física uma vez que os alojamentos não foram planejados para receber essa demanda que vem se apresentando."

Após tomar nota do parecer, o MP encaminhou à universidade o ofício nº 760/2013 solicitando saber quais são as condições em que estas crianças estavam vivendo, uma vez que, quando se trata de hipossuficientes, a ação do MP é obrigatória.

Frente a esta solicitação, a PROAES afirmou que "as estudantes nessa situação [estudantes-mães] não estão autorizadas, em hipótese alguma, a morar nos alojamentos universitários com seus filhos". E como forma de afastar o problema, ou remedia-lo, pensou-se na adoção de medidas [supostamente] previstas no Regulamento dos Alojamentos, para determinar a saída dos filhos dessas estudantes do local. Porém, foi descartada, "não apenas por seu custo social como também pelo transtorno à vida acadêmica das estudantes-mães." Optou se então, pela criação de um "auxílio-creche" condicionado às estudantes abrirem mão de sua vaga no alojamento universitário.

Diante da mobilização estudantil contra a minuta desse edital; pela abertura da creche do CAIC; e pelo direito de permanecer com seus filhos nos alojamentos; ampliou-se o diálogo com os discentes e a discussão tomou outro

rumo. Juntos, o então criado COPAMA e a PROAES, construíram o *I Fórum de construção de políticas de permanência para discentes pais e mães da UFRRJ*, no intuito de gerar acúmulo e conhecimento sobre o tema.

Por conseguinte, após a realização do fórum, superado sua posição inicial, a PROAES em diálogo com os estudantes, passou a direcionar esforços para a regularização da situação das mães nos alojamentos e na reformulação do edital de Auxílio Creche.

Dessas premissas, o tema geral desta pesquisa se consolidou sendo a política de permanência estudantil nas instituições federais de ensino superior, tomando como base a Assistência Estudantil, e cujo programa escolhido para o estudo foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Programa esse que define o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES. Dessa forma, nossa investigação foca seu olhar em estudantes pais/mães usuários do programa, dentro e fora da U.F. Rural R.J. De um ponto de vista mais específico, buscamos examinar se os estudantes percebem as práticas e efeitos da implantação dessas ações institucionais de permanência em suas vidas, ou melhor, como a implantação (ou não) de ações institucionais influencia na permanência de estudantes pais e mães. Assim, a pergunta central da pesquisa é:

É possível pensar em novas ações voltadas para a permanência de pais e mães universitários na U. F. Rural R.J.?

Quanto a seus fins e meios, nos propomos à uma pesquisa exploratória de estudo de caso, no intuito de ser uma investigação empírica, executada no local onde os estudantes vivenciam o alcance de tais políticas, visando a obtenção de dados primários por meio da análise de seus depoimentos.

O universo desta pesquisa é formado por estudantes de graduação de cursos presenciais de instituições públicas de ensino superior e, que participaram do *I Fórum de Construção de Políticas de Permanência de Discentes Estudantes da UFRRJ*⁵, sendo que seus depoimentos puderam ser registrados, por meios

⁵ Realizado nos dias 7,8 e 9 de abril de 2015 no Salão Azul na UFRRJ. Foi planejada junto com a Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e o Coletivo de Pais e Mães, a qual participaram

de filmagem, naquele espaço. Apenas com um casal de estudantes que não pudemos coletar seus depoimentos naquele momento, então agendamos uma entrevista posterior, que fora realizada e gravada em um dos quartos do alojamento masculino onde ficam com sua filha.

Os sujeitos desta pesquisa são três estudantes dos cursos de graduação presencial da U.F. Rural R.J., em situação de vulnerabilidade sócio econômica, usuários da residência estudantil, com filhos que nasceram no decorrer da graduação e; três estudantes-mães de outras três instituições públicas de ensino superior fora do estado do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa foram acompanhados, seis estudantes ao total, sendo cinco mulheres e um homem.

A escolha do espaço foi determinada pela possibilidade de conseguir estudantes que tivessem inseridos ativamente no debate, e que já haviam passado pelo processo de transição para a parentalidade ainda na graduação, e estavam dispostos a socializar suas experiências em um espaço público de debate. Um dos entrevistados já havia concluído seu curso e continua a enfrentar dificuldades ao prosseguir com a carreira acadêmica, agora no mestrado.

O trabalho ora apresentado está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo buscamos apresentar um panorama da assistência Estudantil no Brasil. Nosso segundo capítulo problematiza a existência ou não das licenças maternidade e paternidade para estudantes. No capítulo três abordaremos a pergunta motivacional, o tipo de pesquisa realizada, o recorte dos pesquisados. No capítulo quatro apresentamos principais dificuldades encontradas no processo de transição para a maternidade entre os estudantes pesquisados. E por fim, no último capítulo apresentamos nossas considerações finais.

o Pro-Reitor de UFSM, a equipe de assistentes sociais da UFRRJ, representante da equipe do posto de saúde universitário, o advogado especializado no direito da infância, representante de coletivos de mães de outras de institutos federais da região sul e sudeste, representante do conselho tutelar de Seropédica.

Capítulo 1 - Panorama da Assistência Estudantil no Brasil.

Acreditamos que há poucos estudos acadêmicos que unem análises sobre “maternidade/ paternidade”, “vida acadêmica” e “estudantes com filhos”. As ações existentes nas IFES (Instituições de ensino superior) restringem-se a cumprir as orientações legais do regime de “exercício domiciliar” de 90 dias e, o “auxílio-creche” aos estudantes em situação de “vulnerabilidade socioeconômica⁶ com filhos até 5 anos e doze meses. Observamos que o entendimento de que o estudo é um ofício e não um trabalho faz com que as conquistas trabalhistas não atinjam esse segmento da população.

Em nossa pesquisa observamos a existência de apenas outros dois estudos que problematizam o tornar-se pai/ mãe, ainda cursando a graduação. Esses trabalhos nos trazem e relatos e experiências vividas na creche da UFBA e na CEU, no Rio Grande do Sul.

No primeiro deles, uma dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, a qual URPIA realizou em 2009 . Trata-se de pesquisa etnográfica, do denominado Observatório da Vida Estudantil da UFBA. A pesquisa investigou a experiência de jovens que combinam maternidade e vida acadêmica, analisando a partir dos relatos autobiográficos e da observação participante na Creche-UFBA; os significados que estas estudantes-mães constroem em torno do processo de transição para a maternidade, quando este ocorre no percurso da formação superior. Para tanto, realizou entrevistas com jovens universitárias na faixa etária dos 19 aos 25 anos, que estavam experienciando o processo de transição parental e que tinham, portanto, filhos de até dois anos de idade, frequentando a creche.

A segunda pesquisa feita na UFSM, URRUTIA buscou problematizar aspectos referentes às vivências, percursos e experiências de jovens e das crianças no interior das CEU's – Casa do Estudante Universitário. Tratou de

⁶ Esse é o termo que é usado nos documentos do FONAPRACE para se referir aos estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1 ½ salário, podendo assim participar dos editais financiados pelo PNAES.

compreender os modos, as práticas de cuidado às crianças e as maneiras como os outros, amigos, funcionários e familiares se mobilizam na atenção e cuidado a elas; além das estratégias de permanência que se constituem como elementos indissociáveis da vida das/dos jovens e das crianças sujeitos de sua pesquisa.

Essas pesquisas possibilitam também pensar em singularidades das histórias de vida, nos modos de fazer o cotidiano, configuração familiar, cultura infantil entrelaçada a vida juvenil. Uma vez exposto esses trabalhos, que muito contribuíram para estimular novas pesquisas, inicialmente, em nosso estudo, achamos importante apresentar e diferenciar o que entendemos por "permanência" e por "assistência estudantil".

As políticas de permanência possuem maior abrangência, incluindo aspectos relacionados as diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos entre outras atividades.

As políticas de assistência estudantil estão contidas nas políticas de permanência porém, com um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas. Concordamos com Menezes (2012, p.73) citada por HERINGER; HONORATO; VARGAS, em sua definição de políticas de assistência, como um mecanismo de direito social:

Que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento de necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior. É composta por ações universais e/ou focalizadas em determinados segmentos com necessidades específicas. Tais ações buscam apoiar a permanência dos estudantes na universidade para que possam concluir sua graduação com bom aproveitamento acadêmico (HERINGER; HONORATO; VARGAS, 2014, p.3)

Assim, as políticas de permanência devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário. Já as políticas de assistência se destinam àqueles em "situação de vulnerabilidade", vivenciando circunstâncias que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira. Na prática, nos diferentes arranjos institucionais voltados para a implementação dessas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil estão integradas, superpostas ou mesmo confundidas.

1.1 O Plano Nacional de Assistência Estudantil e sua história.

O FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - iniciou em 1994 um levantamento amostral sobre o Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A intenção era apresentar dados que possibilitassem construir uma política nacional de assistência, assegurando não só o acesso como também a permanência dos estudantes nas universidades. Sua primeira versão foi publicada em outubro de 1998 e, vem sendo acompanhado e aperfeiçoado desde então, sobretudo após a pesquisa de 2004, de modo a torná-lo exequível em todas as Universidades Federais brasileiras, respeitando suas características e perfis específicos.

Ainda assim, é importante lembrar que até o ano de 2007 não existia uma política nacional de assistência estudantil, haviam ações isoladas entre as instituições de ensino superior que destinavam seus recursos de acordo com os seus interesses. A partir deste ano, com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) passou a existir uma política articulada visando garantir a permanência dos estudantes evitando assim, a retenção e a evasão escolar. Desta forma, documento apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza, e busca satisfazer essas demandas da sociedade e dos alunos, constituindo-se, assim, em meta prioritária para as universidades.

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (BRASIL, 2007)

A política nacional de assistência estudantil, conforme o FONAPRACE, é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Com o objetivo de dar consistência e respaldo para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil, o FONAPRACE realizou ao longo de sua história quatro pesquisas sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais brasileiras no período de 1997 e 2016. Sendo assim, mapeou a realidade nacional das universidades federais diagnosticando a situação dos estudantes matriculados.

O PNAES coloca que sejam atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Bem como, as ações do plano deverão ser desenvolvidas em dez áreas específicas, a saber, moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação⁷.

De modo geral, podemos observar que o PNAES é identificado por uma perspectiva que não se encerra nas ações de redução das desigualdades socioeconômicas, mas também abarcam os aspectos de infraestrutura, acessibilidade, esporte e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas IES. Bem como, as pesquisas realizadas focam um olhar voltado para a assistência estudantil de forma integral e não apenas financeira do estudante, classificando algumas dificuldades emocionais dos estudantes em cinco áreas: *Fatores pessoais*, provenientes de características próprias do estudante. *Fatores interpessoais ou relacionais*, que é o relacionamento do estudante com seu ambiente, a família e o social, *Fatores acadêmicos*, que se refere as atividades relacionadas ao ensino-aprendizagem na universidade, *Fatores ambientais* que podem exercer influência negativa ou positiva na

⁷ Voltada à alunos superdotados.

adaptação do estudante e *Fatores institucionais* que podem dificultar ou facilitar a adaptação e/ou a resolução de dificuldades do estudante.

Assim, a partir dos aspectos apontados sobre o PNAES e das pesquisas sobre Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras ora observado, apresentamos a seguir o perfil dos estudantes com filhos realizada no ano de 2014 e publicada em 2016.

1.2 O perfil dos estudantes

De acordo com a última pesquisa⁸, 11,78% dos estudantes possuem um ou mais filhos, onde maioria deles encontra-se na faixa de 25 anos ou mais: 84,21% das mulheres; 91,04% dos homens; e 87,31%, no geral. Além desses, 12,65% dos graduandos com filhos têm entre 18 e 24 anos, sendo esse percentual igual a 15,72% no grupo feminino e 8,95% no grupo masculino. Na faixa etária de 25 anos ou mais, o percentual de homens com filhos é relativamente maior que o de mulheres, ao passo que, na faixa de 18 a 24 anos, observa-se o contrário, ou seja, o percentual de mulheres que têm filhos e que estão com idade entre 18 e 24 anos é maior que o de homens com filhos, nessa mesma faixa etária.

No que se refere ao estado civil dos graduandos com filhos, 47,05% são casados; 25,87%, solteiros; 18,63% têm união estável; 7,64% são separados; e 0,8%, viúvos. Considerando o grupo das mulheres, 42,17% são casadas; 31%, solteiras; 16,64% têm união estável; 9,06%, separadas; e 1,15%, viúvas. Quanto ao estado civil dos graduandos homens que têm filhos, 53% são casados; 21% têm união estável; 19,7% são solteiros; 5,92%, separados; e 0,39%, viúvos. O documento chama a atenção para as diferenças entre os sexos masculino e feminino neste quesito, nota-se que o percentual de estudantes mulheres com filhos e solteiras é relativamente maior do que o de estudantes homens nas mesmas condições. Ao contrário, os percentuais de homens casados e com

⁸ Descrita nos anexos deste trabalho monográfico

filhos ou em união estável são relativamente maiores que os das mulheres nessas condições.

Sobre onde ou com quem os estudantes deixam seus filhos quando estão em aula, a maioria respondeu que os deixa com familiares: 71,84%, no geral; 66,17%, no Centro-Oeste; 79,3%, no Nordeste; 75,35%, no Norte; 66,55%, no Sudeste; e 62,76%, no Sul.

É possível notar que os percentuais de graduandos, que deixam seus filhos em outra instituição educacional pública (que não a creche da própria Universidade), das regiões Centro-Oeste (11,17%) e Sul (11,84%) são relativamente maiores que os mesmos percentuais das demais regiões. Da mesma forma, as proporções de estudantes que deixam seus filhos em instituição educacional privada são relativamente maiores nas regiões Sul (13,24%) e Sudeste (11,92%).

Além disso, cabe chamar a atenção para alguns dados, onde 4,45% dos estudantes que já realizaram trancamento geral de matrícula, o motivo foi relativo a licença maternidade, como aponta a pesquisa.

1.3 Transição para a parentalidade

A gravidez é um momento de importantes reestruturações na vida de um casal e nos papéis que estes exercem, é durante esse período eles devem passar da condição de filhos para a de também pai e mãe. Além de ter de reajustar seu relacionamento conjugal, sua situação socioeconômica, suas atividades profissionais e acadêmicas tendo em vista sua nova condição.

Cowan (1991), citado por URPIA, 2009, propõe a descrever as transições como processos de longo termo que resultam em uma reorganização do comportamento exterior e da vida interna. Para o autor, uma mudança na vida pode ser considerada transicional, quando envolver mudanças qualitativas na forma como o indivíduo entende e sente a si mesmo e ao mundo. Seguindo com a reorganização do nível de competência pessoal do indivíduo ou família,

arranjos de novos papéis sociais e relacionamentos com outros significantes. Assim, o autor adverte que passar por um marco da vida como, por exemplo, ingressar na escola, ou mudanças na própria identidade, como tornar-se marido ou pai, não significa, em si mesmo, que uma transição se tenha completado.

Ainda, segundo o autor, em qualquer ponto do curso de vida, algumas mudanças podem ser consideradas normativas, porque são esperadas e experienciadas pela maioria das pessoas ou famílias numa dada sociedade, como, por exemplo, entrar na universidade, casar-se, tornar-se pai ou mãe; ou não-normativas, isto é, aquelas que não são esperadas normativamente, e que estão associadas a não-usuais ou não-esperados eventos de vida: adoecer gravemente, viver uma experiência de profunda depressão etc. O autor, porém, assinala que esta distinção deve ser feita com cautela, na medida em que elas variam a depender do contexto social e do tempo histórico.

Nesse sentido, acerca do “caleidoscópio de significados” que se constroem em torno da vivência de tornar-se estudante-mãe, URPIA (2009) propõe, adaptar o modelo dos tempos da experiência do tornar-se estudante universitário, proposto pelo sociólogo francês Alain Coulon, e observar tal processo partir de três tempos. Assim, para a autora, teríamos o "*tempo da crise e da incerteza; o tempo da conciliação e da reorganização; e o tempo do enfrentamento e da projeção.*" (URPIA, 2009, p.152). É importante salientar que nessa experiência são vividas mudanças de diversas ordens - biológicas, psicológicas e sociais, onde os significados inerentes ao processo são inscritos em uma teia conexões infundáveis e sempre em fluxo, e que se reconstroem a todo o tempo, ainda que alguns significados se mostrem mais fixos.

Tal fase tem início quando a estudante se depara com a possibilidade de estar grávida, geralmente após fazerem o chamado "testes de farmácia", passando a viver a intensa experiência pessoal da imaginação. Os primeiros dias após a confirmação por teste laboratorial são os mais intensos emocionalmente, vivenciando sentimentos ambíguos, seu corpo está fazendo coisas por si e ela precisa se acostumar com sua total falta de controle frente a essas mudanças. Chamado por URPIA de *tempo da crise e da incerteza*, nesse primeiro tempo as jovens ainda não têm a dimensão do que significa viver, simultaneamente,

maternidade e vida acadêmica, daí ser uma fase marcada por dúvidas e inseguranças, bem como a ambiguidade de sentimentos.

Os estudantes, tão logo “descobrem-se grávidos”, já começam a mobilizar uma série de recursos de modo a compreender, lidar e vivenciar, da melhor maneira possível, a nova situação. Inicia-se o acompanhamento pré-natal, confrontar o calendário gestacional e o calendário acadêmico, contar para as “famílias de origem”, negociar horários com os professores, iniciar diálogos institucionais, tendo em paralelo, lidar com afastamentos e aproximação de amigos, bem como, discriminações vinculadas às prescrições de gênero associadas ao feminino e aos discursos moralistas no que se refere à sexualidade etc.

No segundo tempo, o *tempo da reconciliação e da reorganização* as jovens parecem mais estabilizadas. É nesse tempo que os estudantes pensam em estratégias que possam favorecer a conciliação maternidade-vida acadêmica, como acessar o suporte familiar e/ou as políticas de assistência estudantil que permitam a prosseguir nos estudos, agora com o nascimento da criança.

O terceiro tempo, tempo do enfrentamento e da projeção, por sua vez, tem como marco o nascimento dos filhos (as), e corresponde, mais particularmente, à exigência cotidiana de conciliação entre as demandas da parentalidade e as demandas da vida acadêmica. Por conseguinte, significa dizer que esta posição não é alcançada de uma só vez, ao contrário, deve ser conquistada mediante uma série de aprendizados, assim como do enfrentamento de situações institucionais e pessoais que se configuram diferentes para cada estudante, embora guardem diversas semelhanças (URPIA, 2009).

Capítulo 2 - As licenças maternidade e paternidade para estudantes.

A lei maior de nosso país preconiza que a licença maternidade é o período de 120 (cento e vinte) dias garantido às mães⁹ para se afastarem das atividades laborais nos estágios finais da gravidez, logo após darem à luz ou em casos de adoção; bem como, a licença paternidade é o afastamento remunerado do pai pelo prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados da data do nascimento ou adoção de seu filho. Podendo o afastamento, em ambos os casos, ser estendido em 120 (cento e vinte) e 15 (quinze) dias, respectivamente, nos termos fixados em lei. O problema se encontra quando o pai e/ou a mãe não só trabalham, mas também estudam, ou não trabalham e apenas estudam. Detêm eles os mesmos direitos aos supracitados benefícios sem prejuízo de seus estudos?

A partir do oitavo mês de gestação e durante 90 (noventa) dias a estudante em estado de gravidez fica assistida pelo regime de exercícios domiciliares como forma de compensação de ausência às aulas, e compreende a atribuição de exercícios prescritos pelo professor da disciplina, a serem realizados pelo aluno fora da Universidade, devendo ser solicitado à instituição por meio de formulário e documentos específicos. Esse tratamento excepcional é destinado para os alunos portadores das “afecções” que indica o decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Ainda assim, no presente decreto-lei a gravidez não é tratada de forma clara, sendo regulamentada na lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei supracitado.

Daniel Gustavo de Oliveira, ao comparar a lei nº 6.202/75 com a C. F., pondera que:

Constata-se nas mencionadas leis uma incongruência nos lapsos temporais previstos. Enquanto a Constituição Federal assegurou às trabalhadoras gestantes um período de afastamento consistente em 120 (cento e vinte dias), a legislação educacional garantiu apenas 90

⁹ Embora já exista jurisprudência em licença maternidade concedida ao pai.

dias (três meses) às estudantes gestantes, o que não possui uma justificativa plausível. (FERREIRA; RODRIGUES, 2008, p.149)

O pai, se for estudante, não encontra amparo legal, não podendo se ausentar de suas aulas sem prejuízo acadêmico, deixando transparecer assim, o padrão tradicional de participação paterna, a qual os pais são, no máximo, auxiliares das mães nos cuidados dos filhos, não dando lugar a novos ideais culturais, com divisão de responsabilidades entre pai e mãe e a intensa participação paterna na rotina dos bebês e crianças. Assim, o homem sente uma forte dose de ambivalência quanto ao seu lugar na família que pretende constituir (FONSECA, 2004).

Nesse sentido, podemos observar que a legislação educacional não foi totalmente recepcionada pela Constituição Federal, o entendimento de que o estudo é um ofício e não um trabalho faz com que as conquistas trabalhistas não atinjam esse segmento da população. Desse modo, torna-se clara a importância de uma revisão do ordenamento jurídico interno voltado à concessão de uma “licença paternidade”, “licença-maternidade ou “exercício domiciliar” para estudantes, juridicamente moldada no instituto de equiparar homem e mulher à condição humana, concentrando sua gênese na equiparação do pai à condição de mãe. Evadindo-se assim, de uma visão social estereotipada a qual a gravidez não planejada é vista, se não como uma estratégia feminina para “amarrar” um namorado recalcitrante, pelo menos como uma queima de etapas (FONSECA, 2004).

Como forma de “atualizar” a legislação educacional, tramita no congresso nacional o PL nº2.350/ 2015, de autoria do deputado Jean Wyllys, que dentre outras medidas, decreta que partir do oitavo mês de gestação e até seis meses após o nascimento da criança, a estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, em estado de gravidez, puerpério ou lactação em livre demanda fica assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969.

Embora possa ser considerada um avanço, ainda assim, o estudante-pai não é mencionado nos objetivos da proposta, que são: a) estabelecer condições para

o efetivo direito à educação dessas adolescentes e mulheres, em todos os níveis e modalidades de ensino;

b) assegurar às crianças, desde a fase gestacional aos primeiros meses de vida, circunstâncias que favoreçam o seu desenvolvimento e lhe possibilitem ser cuidadas e alimentadas pela mãe que estuda.

Um ponto interessante do PL nº2.350/15 é que pela primeira vez a legislação educacional passa a considerar alguns dos interesses da criança, definindo-se como mecanismo de apoio ao recém-nascido, que precisa da assistência integral *da mãe* em seus primeiros dias de vida, além de consistir em incentivo à amamentação.

Percebemos que é imprescindível um reconhecimento, por parte das instituições educacionais, da função paternal no ambiente doméstico como forma de ação voltada à erradicação da desigualdade de gênero e, promovendo a conscientização da importância da presença do pai na criação inicial dos filhos, em sua corporalidade e afetividade.

Capítulo 3 - Sobre as entrevistas: Descrição e Análise

Nesta seção, buscaremos observar como se deu o processo de transição para a maternidade/ paternidade entre os estudantes ao longo da pesquisa, conforme apresentados nas tabelas abaixo:

Tabela 1:

	Idade	Mora com companheiro	Filhos	Curso	Semestre
IARA	28 anos	Sim	1 (um) filho	Agronomia	8º período
VICTOR	30 anos	Sim	1 (um) filho	Agronomia	6º período
VALENTINA	30 anos	Não. Relação à distancia ¹⁰	2(dois) filhos	Geologia	2º; 4º períodos

Perfil social dos estudantes da UFRRJ

Tabela 2:

	Idade	Mora com companheiro	Filhos	Curso	Semestre
GABRIELA	27 anos	Não	1 (um) filho	Mestranda em Letras	2º período.
ANA	28 anos	Não	1 (um) filho	Letras	7º período
IZA	30 anos	Não.	2(dois) filhos	Filosofia	1º; 8º períodos

Perfil social dos estudantes de outras IES

A gravidez é um momento de importantes reestruturações na vida de um casal e nos papéis que estes exercem, é durante esse período eles devem passar da condição de só filhos para a de também pai e mãe, além de ter de reajustar seu relacionamento conjugal, sua situação socioeconômica, suas atividades profissionais e acadêmicas tendo em vista sua nova condição.

(Piccinini et al. 2008)

Crises e incertezas

Comparando as falas dos participantes¹¹ entre si, nos relatos reunidos neste estudo verificamos que eles, a luz de estudos da área da psicologia,

¹⁰ O pai de seus filhos mora em Moçambique, ela engravidou durante o intercambio do estudante, e continuaram juntos após seu retorno ao país de origem.

¹¹ Usamos nomes fictícios nas entrevistas, para reservar suas identidades.

confirmam a existência dúvidas, inseguranças e preocupações, nesse primeiro momento de descoberta da gravidez:

“Inicialmente foi um susto muito grande. Foi uma alegria, mas foi mais impactante do que só alegre no início.” (Iara)

“Eu fiquei preocupado, porém eu fiquei muito feliz, por que eu sempre tive o sonho de ser pai também. Por mais que tenha adiantado esse meu sonho, eu fiquei feliz e preocupado.” (Victor)

Os estudantes, tão logo “descobrem-se grávidos”, já começam a viver uma intensa experiência pessoal da imaginação. Nesse momento, como os (as) estudantes ainda não têm a dimensão do que significa viver, simultaneamente, maternidade/ paternidade e vida acadêmica, essa costuma ser uma fase marcada por muitas dúvidas, incertezas e ambiguidade de sentimentos. URPIA, 2009

*“Eu engravidei pouco antes de iniciar meu terceiro período [...] quando eu fiquei sabendo que estava grávida até cheguei a ficar feliz, mas depois parece que a ficha caiu. Como é que eu vou fazer? Eu vou ter que parar de estudar. Não vou ter com quem deixar. Eu nunca tinha visto uma mãe aqui (na universidade). Foi então **eu tentei abortar. Graças a deus não consegui**” (Valentina)*

Valentina teve muita dificuldade para aceitar sua condição, chegando a encaminhar ações para o aborto. É uma questão complexa discutir porque algumas mulheres chegam a abortar e outras não, trata-se de uma decisão que envolve elementos de cunho pessoal, econômico e social ao mesmo tempo¹², que não é nosso objetivo nos aprofundarmos neste trabalho.

A moral também por vezes é colocada em questão, uma vez que os participantes deixaram suas famílias de origem ao ingressar na universidade,

¹² HARDY, E. et al, 1994

conseguiram uma vaga no alojamento estudantil e ficaram “grávidos”. Isso pode ser considerado um desvio no curso das expectativas sobre eles, uma vez que o projeto era de dedicar-se aos estudos até se formarem, conseguir um trabalho, para então casarem-se e terem um filho.

*...a primeira reação deles (pais do estudante) acho que foi de preocupação e até, vamos dizer assim, **um pouco de indignação**. Por que eles **esperavam que eu estivesse a vida estabilizada** para fazer isso (ter um filho). Só que não foi assim um sentimento de indignação, de magoa que perdurasse, foi só o susto mesmo da notícia. (Victor, grifo nosso)*

*De cara minha família ficou muito feliz. **Eu fiquei até assustada, eu não esperava que fosse ser tão bem recebida por todos assim**, pela minha vó, pela minha mãe. Nós não temos uma relação, assim, jurídica. **Nós não somos casados**. Ai eu chegar e falar que estava grávida, eu imaginei que fosse um susto para minha família. (Iara, grifo nosso)*

Apesar do ensino gratuito, proporcionado pelas universidades públicas, a demanda por recursos financeiros para arcar com aspectos da subsistência como moradia, alimentação, transporte, recursos didáticos, ainda se mantem e, são ampliados com a chegada de um filho. Conforme podemos observar no relato de Victor, a demanda por independência financeira pode comprometer seus estudos:

***"Eu fiquei preocupado com a situação financeira,** como que iria ser no futuro, se iria conseguir conciliar e concluir o meu curso, se eu iria ter que parar de estudar para trabalhar"
VICTOR*

. Daí se sobressai a importância de bolsa de trabalho, estágio, monitoria ou iniciação científica, a qual, a flexibilização de horário concedida por essas formas de inserção processadas no interior da universidade transformar-se-ão em um apoio importante para o estudante. Até este momento, mas não somente, a gestação fora vivida pelos participantes desse estudo como um período emocionalmente intenso.

Conciliação e reorganização

Superada essa fase inicial, graças ao suporte emocional e estrutural que a família de origem e a rede de amigos oferecem, os estudantes parecem mais estabilizados. E é nesse momento que passam a pensar em estratégias que possam favorecer a conciliação das futuras demandas da maternidade/paternidade e com a vida acadêmica, como por exemplo, negociar horários com professores, puxar poucos créditos, acessar políticas de assistência, a exemplo da creche, que permitam a retomada dos estudos, algumas vezes interrompidos por motivo de saúde ou ao final da gravidez, com o nascimento da criança. Aqui, começam um primeiro movimento de reconciliação com a família após o momento inicial de ruptura. Esta reconciliação será consolidada no terceiro tempo, com o nascimento dos (as) filhos (as), um marco importante nesse processo de transição para a maternidade.

Nesse tempo aparece também a dimensão institucional, mais particularmente quando a estudante enfrenta problemas na gravidez que a impedem de dar continuidade a seus estudos mesmo antes do nascimento da criança, mas também quando, por exemplo, precisam negociar saídas para ir ao médico no horário de aula. Elas então se deparam com as dificuldades para garantir a continuidade de um semestre iniciado, o que pode resultar, a depender dos trâmites burocráticos da universidade, em abandono do semestre. Quando isso ocorre, esse período pode ser vivido com sofrimento, em função da frustração em abandonar disciplinas e semestres já iniciados, o que resulta em um “retorno” ao primeiro momento de crise e incerteza, já que este tempo se torna também marcado por conflitos intrapsicológicos. (URPIA, 2009. p. 154)

De modo geral, podemos associar esses dois primeiros momentos ao período anterior ao nascimento do bebê. No presente estudo, os participantes não relataram dificuldades nesse momento, uma vez que coincidiram ou com o recesso acadêmico ou com período de greve. Porém, em outros casos não acompanhados, houveram relatos de “violência simbólica” (BOURDIEU, 1898) por parte de assistentes sociais ligados à instituição. Onde, ao invés de proporem formas de incentivo à continuidade dos estudos, orientaram mães a “pensarem mais em seus filhos” e trancarem seus cursos.

Enfrentamento e projeção

Apesar de a família apresentar, na das vezes, uma reação inicial de frustração e recusa à nova situação é também ela que funciona como um dos principais apoios emocionais, práticos e financeiros, quando um estudante se depara com uma gravidez inesperada ao longo de seu percurso formativo na universidade, principalmente nas primeiras semanas após o nascimento das crianças.

Assim, esses universitários passaram a vivenciar, na prática, o status de estudante-pai/mãe. Posição essa, que fora conquistada mediante uma série de aprendizados, com o enfrentamento de situações institucionais e morais que se configuram diferentes para cada estudante, embora guardem algumas semelhanças.

*“Meu companheiro e eu passamos a morar na casa dos meus pais. Eles nos ajudavam, e os pais dele também, enviavam dinheiro e faziam o que podiam quando dava. Foi então que eu procurei um lugar para estagiar, e consegui. **Eu ficava nessa maratona: acordava as 04:00 da manhã, para fazer a comida deles, deixar o lanche pronto, vinha para a faculdade, saía das aulas ia para o estágio, chegava em casa umas 19 ou 20 horas, e tinha o terceiro turno que era dar de mamar a madrugada inteira.**” (Valentina)*

*“Nos primeiros dois meses e meio, **a gente ficou na casa da mãe de minha companheira.** Ela ficou, né. Por que eu já estava meio que estudando e ficando lá. Eu estava meio que indo e voltando. Depois que nossa filha tinha dois meses e meio, **ela veio morar aqui no alojamento morar com a gente.** A gente já tinha dado uma estruturada no quarto e eu consegui estudar e auxiliar. E esse período também... logo que ela nasceu **eu perdi minha bolsa de estágio, a minha família deu um suporte também na questão financeira** para as necessidades básicas, que não eram muitas, mas ajudavam. **Mas logo depois, eu e minha companheira já estávamos ganhando nosso dinheiro, ela dando aula e eu com estágio.** Que segurou a gente na questão financeira graças a deus” (Victor)*

As maneiras como os/as jovens relatam que tiveram muito apoio dos/das amigos/as, isso evidencia a importância e os significados especiais que tem as

amizades na vida desses estudantes. As crianças muitas vezes também costumam receber afeto e atenção constante dos/das amigos/as dos pais/mães, circulam nos braços dos jovens em rodas de conversa, são presenteados e apadrinhados.

*“Na minha opinião, acredito que **os amigos foram fundamentais na questão de apoio psicológico**, de estarem presentes em nossa vida, fazer nos sentirmos pessoas especiais, pessoas queridas, e também a questão do exemplo, de a gente ver que é possível. - Ai, meu deus! A gente vai criar a nossa filha no alojamento da universidade? Por que não criar? Se a gente já tem amigos que fazem isso. **Nossos amigos, nos deram muito incentivo, inspiração, nos deram força para acreditar que seríamos capazes.** Contradiziam pessoas que diziam: Ah, vocês são doidos, vão criar a criança no alojamento. Então os nossos amigos nos deram esse apoio psicológico e força para sentirmos que nós éramos capazes de tal, e até hoje, que nossa filha está com 10 meses de idade eles estão com a gente. (Victor)*

***Quando eu decidi vir para cá (para o alojamento) a luta foi muito grande.** Uma pessoa que eu nem conhecia me viu sentada com o meu bebê, perto dos alojamentos e me convidou para ficar no quarto (de cabeceira) dela enquanto eu esperava. Aí eu contei para ela, e ela: ah, você pode vir para cá. Eu já vou formar, você fica aqui, tenta a vaga e o quarto é de vocês. O que você precisar eu ajudo. Ela me deu a palavra dela que eu poderia vir, que ela não se importaria com o choro das crianças. Então eu conversei em casa, os **meus pais foram terminantemente contra, mas nós viemos. Quando saiu o edital para concorrer à vaga, eu me inscrevi, levei todos os documentos necessários, só que o meu nome não saiu na lista, nem na lista de espera. Eu não entendia o porquê, se eu estava dentro do perfil socioeconômico.** Foi então que começou a nossa luta. Foi aí que começou o embrião do que é hoje o COPAMA, o coletivo de pais e mães aqui na universidade e foram esses companheiros que me ajudaram a conseguir a vaga. (Valentina)*

Por fim, antes de apresentarmos nossas considerações finais, achamos pertinente apresentar o caso de Gabriela, que à luz do conceito de *economia moral* cunhado por Didier Fassin (2014)¹³ nos convida a refletir como o acesso a uma política visando a permanência estudantil para pais estudantes está

¹³ “Economia de valores e normas morais de um dado grupo em um dado momento” (2014, p.5) que visa legitimar políticas estatais.

suportado em uma ótica moral. Assim, para o acesso a esse direito, muitas vezes é necessário mostrar o sofrimento inscrito nos corpos.

Dessa forma, não é apenas necessário ter o perfil de “vulnerabilidade socioeconômica” para ter acesso à assistência estudantil, por vezes, é necessário mostrar a dor e o sofrimento. Isso fica evidenciado no caso abaixo, protagonizado por uma ex-estudante do curso de História que vivenciou uma desassistência enquanto estudante da UFRGS, onde recebeu ordem de despejo da Casa do Estudante Universitário (CEU), pois estava com uma filha recém-nascida. Caso esse que ganhou repercussão nacional e que acarretou em um processo judicial garantindo a permanência das mesmas no alojamento.

“E quando eu cheguei na Unicamp, no começo de 2014, eu estava completamente desesperada, desestruturada(...) eu estava lá na sala da assistente social, no dia do aniversário da minha filha, porque precisava da creche. Não porque eu queria passar o aniversário da minha filha ali, é porque não tinha opção. Eu estava completamente endividada, tinha pedido dinheiro para várias pessoas para fazer esta empreitada, porque ou era isso ou eu desistia de tudo. E por isso eu investir tudo. Eu fiz isso, pois quando estava na graduação, no Rio Grande do Sul, soube que tinha na Unicamp um alojamento regulamentado para famílias, que pais e mães moravam com os filhos, tinham direitos a creche e enfim, tinha toda uma estrutura que foi pensada para isso e se não foi pensada ,foi conquista para tal...Bem, quando cheguei na sala da assistência social da Unicamp, eu achava que por já ter esses direitos estabelecidos em estatutos e que comprovando a minha condição de extrema carência, porque estava passando fome para minha filha não passar. Era uma situação de desespero que eu não tenho nem como descrever hoje. E eu tive que fazer várias entrevistas com a assistência social, para conseguir a creche, o estúdio (que é o alojamento). E eu tive a sensação, que acredito que muitas das pessoas que tiveram que passar por isso, é que eles não levam a sério. Como se você estivesse ali contando uma historinha triste para conseguir um privilégio e não um direito. Eu sei que eu passei por várias reuniões com as assistentes, mas quando uma delas entendeu que eu estava ali, passando fome, que estava em uma situação desesperadora, que não tinha pai, que não tinha família me apoiando, que eu não tinha ninguém, que eu não tinha como voltar para o Rio Grande do Sul. Eu lembro, que ela me olhou nos olhos e ela me encaminhou na hora para o setor de assistência psicológica da universidade(...)

Conjecturamos à luz do que Fassin (2014) denomina de “política da compaixão”, é que a aluna conseguiu acesso ao suporte institucional. Foi por meio da economia moral do sofrimento da aluna, da desestabilidade emocional, do desespero que a estudante demonstrou para assistente social que conseguiu obter os direitos de moradia, de creche, de alimentação, e de estudar. Como Gabriela explica:

Eu acho que há certo descompromisso com o setor de assistência social, e que nesses casos, parece que visa mais que as pessoas desistem do processo seletivo antes de terminar, para não ser mais um problema da assistência social(...)imagina ter que passar por isso tudo, para ter os seus direitos básicos, de estudar. Acho que está errado, porque isso destroem as pessoas psicologicamente” (Gabriela, mestranda em letras, 1 filha)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes que se enquadram nas categorias pai/ mãe-estudante e trabalhador-pai/ mãe-estudante, o estudo, passa a favorecer a ascensão social de seu grupo familiar. Eles, tão longo “descobrem-se grávidos”, já começam a mobilizar uma série de recursos de modo a compreender, lidar e vivenciar, da melhor maneira possível, a nova situação. Inicia-se o acompanhamento pré-natal, confrontar o calendário gestacional e o calendário acadêmico, como contar para as famílias de origem, negociar horários com os professores, iniciar diálogos institucionais, tendo em paralelo, mudanças psicocorporais características desse período.

Nesse sentido, a família e os amigos, conforme os relatos revelam, são importantes recursos mobilizados pelos estudantes para seguirem estudando, mas não devem ser os únicos, pois que, além de serem pais e mães, são também estudantes universitários. Percebemos que estudantes que se tornam pais no percurso da educação superior vivem seus primeiros embates antes mesmo do nascimento de seus filhos, e isso precisa ser contemplado pela universidade, quando esta pensa em políticas de assistência ao estudante em suas diferentes condições.

Dessas premissas, em nosso estudo, observamos também a importância de uma revisão do ordenamento jurídico interno voltado à concessão de uma “licença paternidade”, “licença-maternidade ou “exercício domiciliar” juridicamente moldada no instituto de equiparar homem e mulher à condição humana, concentrando sua gênese na equiparação do pai à condição de mãe. Onde percebemos que é imprescindível um reconhecimento, por parte das instituições educacionais, da função paternal no ambiente doméstico como forma de ação voltada à igualdade de gênero e, promovendo a conscientização da importância da presença do pai na criação inicial dos filhos, em sua corporalidade e afetividade.

Para além desse reconhecimento, se incluem também outros recursos capazes de dar suporte à experiência de viver, simultaneamente, maternidade e vida acadêmica, a saber: o incentivo aos processos de retomada dos estudos,

após o nascimento de seus filhos, através, por exemplo, de uma oferta de horários que lhes permitam amamentar e cursar os componentes curriculares, sem a necessidade de trancamentos; a possibilidade de negociação de horários mais flexíveis no período em que as estudantes-mães fazem a inserção de suas crianças no contexto-creche; entrega posterior de material de estudo combinado com o(a) professor(a), de modo a justificar faltas, evitando reprovação, no caso da criança precisar se ausentar da creche por motivo de saúde, dentre outros.

Apesar do ensino gratuito, proporcionado pelas universidades públicas, a demanda por recursos financeiros para arcar com aspectos da subsistência como moradia, alimentação, transporte, recursos didáticos, ainda se mantem e são ampliados com o advento da chegada de um bebê. Dessa forma, para dar conta de atender a essas demandas, os participantes utilizaram diferentes arranjos de atividades remuneradas internas ou externas à universidade. Zago, 2006, já demonstrou que esses arranjos têm diferentes consequências na condição de estudante, no caso daqueles que conseguem uma inserção dentro da própria universidade, há vantagens como horários mais flexíveis, acesso a computador, internet, o espaço físico da universidade, além do permanente contato com a instituição resultar na maior apropriação da cultura universitária, o que influencia diretamente na afiliação do estudante, como afirma Coulon (2008). Já para os estudantes que não exercem suas atividades remuneradas dentro da universidade, há prejuízos acadêmicos como baixa participação em congressos, seminários, trabalhos ou mesmo dificuldades em momentos lúdicos extraclasse com os colegas.

O presente trabalho foi apenas um convite a mais para olhar os estudantes universitários por outras óticas. Partilhando suas experiências e reflexões, os relatos indicam que as instituições de ensino precisam desenvolver uma política de assistência mais complexa e que leve em conta não apenas a creche, mas a diversidade das representações sociais que ela recebe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO LEI Nº7.234**, de 19 de julho de 2010. Institui programa nacional de assistência estudantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 1, p. 5, Julho de 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.html> Acesso em: 1 nov. 2015

BRASIL. **Portaria normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Portaria normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**, Brasília, n. 39, p. 12-34, Dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf> Acesso em: 12 jul. 2017

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNEIRO, A. S. C. **Caminhos Universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <www.pospsi.ufba.br/Ava_Carvalho.pdf> Acesso em: 19 ago. 2015

COULON, Alain. A Condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008

FASSIN, D. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França, **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 15, p. 122, 2014. Disponível em: . Acesso em: 2 fev . 2017

FERREIRA, L. A. M.; RDRIGUES, D. G. O. C. **Gravidez na adolescência e o direito à educação: a licença gestante para estudante**. Revista Direito do trabalho, São Paulo, v.130, n.130, p.143-152, 2008.

FERREIRA, L. A. M.; RODRIGUES, G. G. O. C. **Gravidez na adolescência e o direito à educação: A licença gestante à estudante.** *Justitia*, São Paulo, v.99, n.65, p.145-153, 2008.

FILHO *et al.* **A evasão no ensino superior brasileiro.** *Cadernos de Pesquisa*, Mogi das Cruzes, v.37, n.132, p.641-659, 2007. Disponível em: <www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_045.pdf> Acesso em: 21 ago. 2016

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2004, vol.12, no.2, p.13-34.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE) **III Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** 2011. 66f. Monografia (Tecnologia em.) - ANDIFES, Brasília, 2011.

HERINGER, R.; HONORATO, G.; VARGAS, H. **Assistência estudantil e permanência na universidade pública.** Encontro Anual ANPOCS, Caxambu, n.38, p.46, 2014. Disponível em: <portal.anpocs.org/portal/index.php?option=doc_view&gid=0966&Itemid=455> Acesso em: 22 ago. 2016

MARTINS, S. M. C. **Satisfação parental e impacto familiar. Contribuição para a validação de dois instrumentos.** 2008. 308f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2008. Disponível em: <repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/669> Acesso em: 2 abr. 2016

RÊGO, M. M. B. E. **Expansão, acesso e papel da universidade pública brasileira: o caso da UFRRJ no período de 2007 - 2012 (REUNI).** 2015. 78f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

ROMANELLI, G. **O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias.** Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v.76, n.184, p.445-476, 1995. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1100/1074> Acesso em: 9 jul. 2015

SANTOS, M. L. A. S. **Itinerários universitários: a permanência de mães trabalhadoras nos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia.** 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) - UFBA, Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15827/1/DissertaçãoMariannaSoares.pdf> Acesso em: 1 nov. 2015

SILVEIRA, M. M. **A Assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante.** 2009. 201f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <www.pospsi.ufba.br/Ana_Maria_Urpia.pdf> Acesso em: 1 jan. 2015

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, sine loco, v.11, n.32, p.226-238, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf> Acesso em: 1 jan. 2015.

ANEXOS:

ANEXO 1

Número de filhos	Região onde se localizam as IFES						
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional	
1 filho	Freq.	6.477	17.538	12.738	12.283	10.827	59.862
	%	6,51	6,62	10,51	4,28	6,49	6,37
2 filhos	Freq.	4.814	8.459	6.708	7.234	6.178	33.393
	%	4,84	3,19	5,54	2,52	3,7	3,55
3 filhos	Freq.	1.880	3.220	2.908	2.545	2.118	12.672
	%	1,89	1,21	2,4	0,89	1,27	1,35
4 ou mais	Freq.	619	895	1.562	894	763	4.732
	%	0,62	0,34	1,29	0,31	0,46	0,5
Não tenho filhos	Freq.	85.704	234.972	97.271	264.131	146.866	828.945
	%	86,14	88,64	80,27	92	88,07	88,22
Total	Freq.	99.494	265.084	121.187	287.087	166.752	939.604
	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014.

ANEXO 2

Faixa etária e estado civil	Sexo dos graduandos							
	Feminino		Masculino		Sem declaração		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Faixa Etária								
17 anos e menos	14	0,02	5	0,01	0	0	19	0,02
De 18 a 24 anos	9.510	15,72	4.485	8,95	3	3,72	13.998	12,65
25 anos e mais	50.943	84,21	45.598	91,04	71	96,28	96.612	87,31
Não identificada	29	0,05	0	0	0	0	29	0,03
Total	60.497	100	50.088	100	74	100	110.659	100
Estado Civil								
Solteiro(a)	18.745	30,99	9.868	19,7	18	24,25	28.631	25,87
Casado(a)	25.512	42,17	26.542	52,99	13	17,16	52.067	47,05
União Estável	10.067	16,64	10.519	21	30	40,53	20.616	18,63
Separado(a)	5.479	9,06	2.966	5,92	13	18,07	8.458	7,64
Viúvo(a)	693	1,15	194	0,39	0	0	887	0,8
Total	60.497	100	50.088	100	74	100	110.659	100

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014.

ANEXO 3

Onde (ou com quem) os filhos ficam		Região de localização das IFES					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
Creche da própria universidade	Freq.	131	105	37	79	101	453
	%	1,59	0,51	0,22	0,62	0,94	0,66
Outra instituição educacional pública	Freq.	918	457	875	1.015	1.274	4.539
	%	11,16	2,23	5,2	7,97	11,84	6,58
Instituição educacional privada	Freq.	558	1.524	1.058	1.518	1.425	6.084
	%	6,79	7,45	6,29	11,92	13,24	8,82
Familiares	Freq.	5.440	16.220	12.679	8.475	6.754	49.568
	%	66,17	79,3	75,35	66,55	62,76	71,84
Babá / empregada doméstica	Freq.	304	786	692	453	340	2.575
	%	3,7	3,84	4,11	3,56	3,16	3,73
Traz para a universidade	Freq.	385	543	933	319	256	2.437
	%	4,69	2,66	5,55	2,51	2,38	3,53
Sozinho	Freq.	485	819	552	875	611	3.343
	%	5,9	4,01	3,28	6,87	5,68	4,85
Total	Freq.	8.221	20.456	16.827	12.734	10.762	68.999
	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014.

ANEXO 4

Motivo do trancamento geral de matrícula		Região de localização das IFES					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
Insatisfação com o curso	Freq.	1.205	2.046	1.821	2.734	1.996	9.802
	%	10,94	8,35	14,36	9,44	12,63	10,54
Por impedimento de saúde	Freq.	1.249	3.234	982	4.228	1.803	11.496
	%	11,34	13,2	7,74	14,6	11,41	12,37
Por motivo de trabalho	Freq.	2.751	6.146	3.626	6.048	3.859	22.430
	%	24,98	25,08	28,59	20,89	24,42	24,13
Por impedimento financeiro	Freq.	903	1.988	1.150	2.450	1.283	7.774
	%	8,2	8,11	9,07	8,46	8,12	8,36
Licença maternidade	Freq.	435	1.151	718	1.092	717	4.113
	%	3,95	4,7	5,66	3,77	4,54	4,42
Dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas	Freq.	625	1.954	935	1.998	1.054	6.565
	%	5,68	7,97	7,37	6,9	6,67	7,06
Por risco de ser jubilado	Freq.	285	541	157	658	104	1.745
	%	2,59	2,21	1,24	2,27	0,66	1,88
Por outro motivo	Freq.	3.560	7.442	3.294	9.747	4.988	29.031
	%	32,33	30,37	25,97	33,66	31,56	31,23
Total de estudantes que já fizeram trancamento geral de matrícula	Freq.	11.013	24.502	12.683	28.955	15.804	92.956
	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014.